

TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CALENDÁRIO CULTURAL

Temática: Teoría, historia y metodología de la Geografía

Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

Universidade Federal de Roraima/Brasil
Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena
mbarbara43@gmail.com
mbbethonico@pq.cnpq.br

Maxim Repetto

Universidade Federal de Roraima/Brasil
Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena
maxim.repetto@yahoo.com.br

As características geofísicas de um determinado espaço oferecem aos grupos humanos que nele habitam, possibilidades diversas de uso dos recursos disponíveis, sempre mediados pelas técnicas que conhecem. Nesse sentido, os povos indígenas que vivem na região de cerrado/savana da Amazônia, em um processo histórico, constituíram interações com o ambiente de forma a garantir a reprodução física e cultural ao longo dos séculos. A colonização trouxe transformações no que se refere aos hábitos e a educação, quando o português foi instituído como língua nas escolas das comunidades. Os novos hábitos alimentares e formas de produção agrícola, bem como a inserção de técnicas tem promovido transformações na organização do espaço desses povos, que se expressam através das atividades cotidianas realizadas pelas famílias. O estudo dessas atividades permite aprofundar na complexa interação do homem com o meio, bem como perceber a reorganização espacial que ocorre mediante às necessidades e novas demandas existentes. Para a compreensão dessa realidade, foi escolhida a comunidade indígena da Ilha, localizada na Terra Indígena São Marcos, em Roraima/Brasil, onde o objetivo da pesquisa é identificar as atividades da comunidade ao longo de um ano de forma a permitir analisar as transformações espaciais. Como procedimento metodológico, optou-se por aplicar a proposta do calendário cultural, envolvendo estudos bibliográficos e oficinas participativas na comunidade. Durante as oficinas os moradores apontaram as atividades que são realizadas e os indicadores ambientais a elas relacionadas, compondo, inicialmente, um quadro que permite analisar a dinâmica social e espacial. As práticas espaciais, compreendidas como as ações que se localizam no espaço e, por isso causadoras de impactos que geram alterações no todo ou em partes, oferecem o aporte teórico, principalmente no que se refere à seletividade espacial conforme a ação que se pretende realizar. Nesse sentido, os moradores da comunidade da Ilha se apropriaram de novas formas de cultivo e criação, onde a paisagem se compõe, além das roças comunitárias, por plantios de melancia; a fonte de proteínas necessárias para o grupo conta com um novo elemento, o gado, de forma a complementar a pesca, uma vez que a caça encontra-se restrita. Os levantamentos indicam que novas demandas surgiram e novas formas de organização social e espacial foram necessárias, como uma interação com o mercado, porém muitos traços da cultura ainda se fazem presentes no cotidiano, como as roças, as formas de pescar e o próprio conhecimento espacial no que se refere à divisão para os plantios.

Palavras-chave: Comunidade indígena; Roraima; Calendário cultural; transformações espaciais

Introdução

Os povos indígenas construíram formas próprias de se relacionarem com o meio ambiente e com o espaço, constituindo uma situação que sofreu mudanças ao longo do tempo. Um dos principais fatores de mudança é a relação com outras culturas, principalmente com a formada por não indígenas, ou a chamada “sociedade nacional”. O contato, inicialmente com o colonizador e, posteriormente, com fazendeiros, garimpeiros e migrantes levou à incorporação de novas formas de relacionamento com o meio e ao desenvolvimento de novas técnicas. Essa situação é bastante variada quando pensamos nos povos indígenas que vivem em Roraima, com situações extremas quando analisamos os índios da etnia Macuxi e os Yanomami, por exemplo, sendo os primeiros com um histórico secular de contato decorrente da localização geográfica das malocas, em áreas de interesse para ocupação e criação de gado, e, os outros, com contato recente, além de uma dificuldade de acesso, uma vez que para se chegar às comunidades Yanomami, é necessário transporte aéreo.

Os índios Macuxi habitam, atualmente, a região central do estado de Roraima/Brasil, em uma paisagem composta pelo cerrado (savana ou lavrado) e por serras que se direcionam no sentido norte-nordeste do estado. O contato com fazendeiros e garimpeiros, além de uma forte atuação do Estado Nacional trouxe novos hábitos e, conseqüentemente, novas formas de relação com o ambiente. Um exemplo é a introdução do gado nas comunidades, quando depois do processo de homologação das terras indígenas, ganhou força como atividade econômica e estratégia de reprodução física desses povos.

Essa atividade aparece com força quando realizamos levantamentos das ações que a comunidade realiza durante todo um ano, de forma a construir um calendário cultural, permitindo uma análise das relações sociais, econômicas e ambientais que se processam ao longo de um ano em determinada comunidade. Assim, trata-se de uma proposta que se originou junto aos antropólogos e educadores mas que tem se tornado um excelente instrumento de análise espacial e uso do território em comunidades indígenas.

Novas atividades econômicas, o acesso à educação e vários meios de comunicação (telefone celular, internet, televisão, etc.), trabalho assalariado, dentre outros, têm trazido modificações na forma de viver desses povos e, com isso, novas formas de uso do território e do solo, quando o cultivo das roças estão cada vez mais escassos, bem como as atividades de caça e pesca, reconhecidas como tradicionais desses povos. Assim, a compra de produtos alimentares industrializados tem reduzido a produção local e o extrativismo, mas, por outro lado, novas necessidades são criadas com esses acessos e, para o suprimento dessas necessidades, muitos recursos são utilizados até seu esgotamento, como é o caso da madeira. Diante de situações

ambientais delicadas, os índios de Roraima tem buscado formas de gestão do território e, para isso, iniciam com um levantamento das atividades e sua sistematização, em trabalhos que são realizados em oficinas com o apoio da universidade. Percebe-se as mudanças no uso do espaço com a valorização de áreas antes desprezadas, uma preocupação com o esgotamento de alguns recursos, como peixes e animais, quando relatam espécies que já não encontram mais, além de uma preocupação que permeia toda a discussão que é a educação dos jovens, para que se conscientizem dos problemas enfrentados pelas comunidades e valorizem a cultura indígena.

Para essas discussões, o artigo traz a comunidade indígena da Ilha como exemplo. Essa comunidade está localizada na Terra Indígena São Marcos, em sua parte sul, chamada de Baixo São Marcos e em uma região de savana, ou lavrado, como a vegetação é chamada localmente. A Ilha é banhada pelo rio Uraricoera, extenso rio que corre no sentido oeste-leste e, já próximo à foz, no sentido norte-sul, sendo um dos formadores do rio Branco, principal referência hidrográfica do estado de Roraima. Durante dois anos, foram realizadas reuniões e oficinas junto à comunidade, envolvendo moradores, professores e lideranças locais, quando foram levantadas informações sobre as atividades que realizavam, os recursos envolvidos, as técnicas utilizadas, os segmentos sociais que a praticam e a forma como se organizam para sua realização, compondo um rico material de análise espacial, temporal e cultural, a ser utilizado pela própria comunidade ou para gestores na compreensão das relações existentes no cotidiano da comunidade, além de ser um rico material didático com várias possibilidades de uso pela escola.

O espaço e suas transformações

A Geografia tem a preocupação de compreender a relação entre o homem e o meio em que vive e, para tal utiliza algumas categorias de análise, como natureza, sociedade, tempo e o próprio espaço (SUERTEGARAY, 2001). Nesse sentido, o espaço construído pelos grupos sociais tornam-se espaços geográficos e pontos de referência de uma cultura. A caracterização desses espaços diferencia-se ao longo do tempo, de acordo com as técnicas utilizadas e as necessidades criadas pelo grupo.

Ao buscar caracterizar a Geografia, La Blache (1985) diz que a superfície terrestre é área de estudo da ciência geográfica, que deve ser entendida como um processo, onde ocorrem vários fenômenos que interessam parcialmente aos estudos geográficos. Para ele,

Sem dúvida o interior da Terra é sede de outros fenômenos de transformação, de uma incalculável grandeza. A Geografia, entretanto, neles está apenas indiretamente interessada. Se está quase certo que os dobramentos e os acavalamentos, que tomam um aspecto tão saliente em certas cadeias montanhosas, se formaram em profundidade sobre o esforço de pressões e de contrações enormes, esta obra subterrânea só se torna um objeto geográfico porque, pela ação combinada dos soerguimentos e das desnudações, ela aparece na superfície. Ela toma, então, lugar no relevo, associa-se às outras formas do solo, influi sobre o modelado que a envolve; e torna-se um dos mais poderosos centros de ação sobre o

clima, a hidrografia, a vegetação e os homens (LA BLACHE, 1985, p. 42).

A superfície, como entendida por La Blache, influencia na escolha da área de residência das sociedades humanas, bem como a forma como a utilizam para a produção e criação de meios de sobrevivência física e cultural. Assim, o homem modifica a natureza e a utiliza de acordo com sua cultura e suas necessidades, criando os lugares, ou espaços de vivência. Esses espaços de vivência tornam-se o meio onde formas inanimadas e seres vivos se coordenam em uma adaptação recíproca. Utilizando como exemplo uma floresta, diz que esta é um ser coletivo onde espécies coexistem em harmonia, porém, numa situação que é provisória, mas que se apresenta para nós, humanos, como um grupo organizado e em equilíbrio, até quando o homem a perturba ou, em alguns casos, a retifica, em modificações que buscam o bem estar do grupo social ali presente.

A ideia de meio, nessas diversas expressões, se precisa como correlativo e sinônimo de adaptação. Ela manifesta-se através das séries de fenômenos que se encadeiam entre si e são postos em movimento por causas gerais. É por essas causas que incessantemente retornamos às causas de clima, de estrutura, de concorrência vital, que impulsionam muitas atividades especiais das formas e dos seres (LA BLACHE, 1985, p. 45).

Essa harmonia foi percebida diferente em outras obras. Ao falar da Amazônia, Euclides da Cunha a percebe como algo ainda em construção, quando a natureza ainda está trabalhando e compondo uma paisagem única na Terra e onde o homem parece um intruso,

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos, *sacados*, cujos istmos a reveses se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos (CUNHA, 2009, p. 108).

Os povos que habitam essa floresta, a Amazônia, construíram, ao longo do tempo, estratégias de sobrevivência e adaptação ao meio. Ao realizar seu discurso a respeito da ecologia humana, Morán (1990) destaca a importância dos estudos interdisciplinares para compreender a atual situação humana e as complexas relações estabelecidas entre nós, humanos, e o meio ambiente. Assim,

As relações homem/ambiente são mediadas pela cultura, pelas experiências acumuladas por qualquer população ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações. A ecologia humana constitui, portanto, um enfoque multidisciplinar para enfrentar a problemática da Amazônia: como conviveremos com ela sem destruí-la? Será possível descobrir junto com o índio e o caboclo da Amazônia formas de exploração econômica que preservem a riqueza da região para futuros brasileiros? (MORÁN, 1990, p. 30).

Compreender as relações que populações indígenas estabeleceram com o ambiente pode nos ajudar a utilizar os recursos disponíveis na Amazônia, mesmo considerando a difusão cultural que se processou ao longo dos últimos séculos. Os novos instrumentos, práticas e hábitos são incorporados pelos dois lados, com maior expressão no lado indígena que, em muitos casos fizeram uma reinterpretação de práticas de forma a adaptar a sua estrutura social, como foi o caso da pecuária. A criação de gado foi uma alternativa e um processo de adaptação do indígena que vive nas áreas de savana/cerrado da Amazônia, como é o caso dos Macuxi que incorporaram rebanhos bovinos na cultura, não apenas como fonte de proteínas, mas como reserva de valor para as comunidades. A opção por essa criação relaciona-se às limitações para desenvolverem suas roças, a um processo de reterritorialização, quando o gado tornou-se um instrumento de reocupação de áreas tradicionalmente ocupadas (BETHONICO, 2012), bem como no fato de um aproveitamento das experiências adquiridas quando trabalhavam nas fazendas em um momento anterior à homologação das terras indígenas. Esse contexto levou a essas populações a “desenvolverem sofisticados sistemas de organização social que responderam efetivamente aos ciclos ambientais” (MORÁN, 1990, p. 279), sendo esse sistema modificado quando houve o encontro com a sociedade nacional, que ampliou a pressão sobre os recursos naturais devido ao adensamento populacional (áreas agrícolas e urbanas), sendo que as atividades tradicionais de caça e pesca cedem lugar para cultivos e criações intensivas.

A cultura tem influência direta no uso de um espaço e, ao mesmo tempo, ao se conceber uma determinada formação sócio-econômica deve-se recorrer ao espaço que torna concreta essa sociedade, numa relação de reciprocidade onde o espaço é possibilidade de reprodução física e, ao mesmo tempo, produzido por essa sociedade. Como lembra Milton Santos (2002), não faz sentido falar de sociedade separada do espaço, por isso a expressão formação sócio-espacial, que envolve o homem, o meio e a técnica que é marcada pelo tempo.

A contribuição de Santos (2002) para essa discussão amplia-se quando apresenta o conceito de espaço, sendo este um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações que se integram e são solidários. A aquisição de técnicas foi, aos poucos, transformando nossa relação com o meio ambiente, ou meio natural, definindo o sistema de objetos (tudo o que existe na superfície da Terra) e condicionando o sistema de ações, dando ao espaço uma característica dinâmica e transformadora, mas sempre marcada pelo tempo. O enfoque geográfico não analisa o objeto apenas enquanto uma coleção, mas como sistemas, isto é, “sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional” (SANTOS, 2002, p. 73). Dessa forma interessa ao geógrafo o presente, mas considerando as condições características de várias épocas do passado. Assim, a geografia contribui para compreender o cotidiano das

comunidades indígenas da região do lavrado de Roraima, principalmente por permitir um diálogo com outras áreas do conhecimento, como a antropologia.

O calendário cultural e a proposta de estudos espaciais

Para Claval (2010) as pesquisas etnogeográficas trazem dificuldades uma vez que tratam, simultaneamente, do meio ambiente natural e do ambiente social, que estão ligados às estratégias e esquemas de ação dos indivíduos ou grupos e, por isso, necessitam de um esforço analítico pela sua complexidade. Temos uma grande quantidade de povos e sociedades constituídas que atuam sobre a natureza de acordo com o meio em que estão inseridas e, para tal têm diversas práticas de manejo do meio ambiente que devem ser relacionadas com o tecido social. Assim, os conhecimentos etnogeográficos são tão diversos quanto os povos existentes, gerando, dessa forma, a necessidade entre pesquisadores de aprofundar o conhecimento sobre as sociedades e, no caso específico deste artigo, as comunidades indígenas da região da savana de Roraima/Brasil. Nesse sentido,

As práticas, as habilidades e os discursos geográficos também dizem respeito ao tecido social no qual evoluem as populações e às redes que o estruturam; eles tratam das representações do além que dá sentido às suas vidas. Esses saberes estão ligados intimamente ao modo de agir, aos processos e às estratégias que cada um desenvolve, ou às políticas imaginadas ao nível dos grupos (CLAVAL, 2010, p. 12).

As ações humanas nas sociedades estão associadas aos objetos existentes, as técnicas disponíveis e de domínio, como também a área de ocupação e recursos disponíveis. A associação desses fatores busca, geralmente, o bem-estar da população. Uma realidade nas comunidades indígenas de Roraima (como de todo o Brasil) é o crescimento populacional que tem pressionado os recursos naturais disponíveis e levado a uma busca de novas formas de uso do espaço. Assim, o calendário cultural traz consigo a possibilidade de identificar as formas de uso do espaço e as relações existentes, sejam elas sociais, culturais, econômicas ou ambientais. Ao falar das sociedades que vivem nas florestas, Gasché (2011, p. 22) apresenta um pouco dessas relações:

El bosquesino es el habitante rural de la selva amazónica que vive em el bosque y del bosque y sus aguas. El bosquesino casa, pesca, recolecta materias primas vegetales y minerales, frutos silvestres, miel, insectos y ciertos animales acuáticos (churos, cangrejos, camarones). Además, practica la horticultura, o, para usar un término corriente em la antropología, el cultivo de corte y quema o roza y quema. Com los productos cultivados o recolectados confecciona artesanías, construye viviendas, cocina comidas y practica sus 'fiestas' o 'rituales', que son parte de la expresión de sus valores sociales. Hoy em día, una parte de su producción – de toda índole – es comercializada (a veces al interior de la comunidad, por medio de regatones, em visitas de turistas o em los mercados de ciudades cercanas o más lejanas) y el dinero está em uso – em distintas cantidades – em toda las comunidades bosquesinas.

Muitas dessas mudanças apontadas acima são decorrentes de uma sequência de processos de ocupação e a introdução de novos elementos nas culturas, quando a sociedade envolvente imprime um modo de vida, técnicas e formas de manejo na sociedade indígena e, por outro lado, esta última introduz diversos elementos na cultura não índia, como alimentação, música, linguagem. O cotidiano das comunidades relaciona-se aos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais decorrentes das diversas fases de interferência de uma população não indígena na região de Roraima, trazendo efeitos na população e nos recursos naturais, expressos nas atividades. Essas atividades foram demonstradas através de oficinas onde buscamos levantar como é o cotidiano, como se organizam socialmente para a realização das atividades e demais questões relacionadas, como a percepção dos moradores acerca do esgotamento de determinados recursos, sendo este reflexo das transformações espaciais e demográficas por que vem passando toda a Amazônia. As oficinas tiveram caráter participativo, incluindo a comunidade, lideranças, pessoas que desenvolvem atividades coletivas específicas, como Agente de Saúde, vaqueiro, professores, além de alunos da escola. O envolvimento da escola explica-se pela importância na formação e pelo fato do calendário se transformar em material didático a ser trabalhado durante as aulas, como forma de inserir as atividades no currículo escolar.

A comunidade da Ilha está localizada às margens do rio Uraricoera que é referência para todos, principalmente quando chega o período das chuvas, uma vez que já passaram por uma experiência de cheia que destruiu grande parte das roças e edificações das famílias, com a morte de vários animais de criação. A primeira referência durante as oficinas foi a divisão do ano em dois períodos marcantes: o da seca e o da chuva. A observação do clima trouxe a seguinte divisão: de janeiro a março temos um período sem chuvas e com o rio seco; os meses de abril e maio foram classificados como de transição, quando começa a época das chuvas; o inverno tem sua força maior nos meses de junho, julho e agosto quando ocorre a enchente máxima do rio, com a formação de áreas alagadas dificultando o acesso em partes da comunidade; os meses de setembro e outubro ocorre a redução das chuvas e já aparecem indícios do verão; os meses de novembro e dezembro são, como no início do ano, marcados pelo verão, a redução das águas do rio e o aparecimento das praias.

Ao analisar as atividades apontadas pela comunidade observamos uma forte relação entre a produção, os aspectos sociais e econômicos. No quadro abaixo (Quadro 1) as atividades foram sintetizadas de forma a permitir uma análise relacionando as ações humanas com os objetos existentes:

Quadro 1
Atividades comunitárias da Comunidade da Ilha – Terra Indígena São
Marcos/Roraima/Brasil

Mês	Atividades
Janeiro	Planejamento comunitário; preparação da roça de melancia; pesca e caça de capivara; trabalho na olaria; construção de casas
Fevereiro	Pesca, ferra do gado (marca); escolha do vaqueiro; trabalho na olaria
Março	Colheita da melancia; plantio da maniva; início da piracema (desova dos peixes e limitação da pesca)
Abril	Plantio da roça (maniva, milho e feijão); vacinação do gado; plantio da melancia
Maiο	Período da engorda do gado e consumo de criações do terreiro; ajuri (forma de organização coletiva de trabalho entre as famílias) na roça, produção da farinha de mandioca
Junho	Colheita do milho, liberação da pesca, limpeza das roças (primeira etapa)
Julho	Dificuldade na caça e na pesca, férias das crianças
Agosto	Plantio na beira do rio
Setembro	Continuidade da limpeza das roças (terceira etapa), melhora da caça e pesca, plantio da mandioca
Outubro	Vacinação do gado, colheita da mandioca, aniversário da comunidade
Novembro	Melhora da caça e pesca, colheita da melancia, plantio da mandioca
Dezembro	Assembleia geral da comunidade (última), início do trabalho na olaria

O conhecimento da natureza e sua dinâmica é outro fator que influencia nas atividades desenvolvidas na comunidade. Como lembra Claval (2010), os povos desenvolvem habilidades para lidar com o meio em que habitam e, a partir das necessidades de alimentação – caça, pesca, plantio -, moradia, definem qual é o melhor método a empregar. Nesse sentido, é possível pensar na situação dos moradores da Ilha, quando definem o melhor método para a pesca, mesmo que limitados pelas leis ambientais vigentes – que não excluem os povos indígenas – como a da época da piracema. A situação da pesca é bastante destacada em decorrência da localização geográfica da comunidade que tem no peixe uma de suas bases alimentares e, por isso, destacam o momento de proibição de pesca com o uso do “malhador” ou rede, sendo esta uma técnica levada até a comunidade e incorporada com facilidade.

No que se refere à segurança alimentar, a comunidade desenvolve atividades que buscam garantir a sobrevivência e reprodução física do grupo. Para tal fazem a roça comunitária e cada família constrói seu espaço de produção, onde cultivam itens básicos, como maniva, mandioca, milho e feijão, organizando o espaço para que todas as famílias sejam atendidas. Atualmente a caça, como forma de suprir necessidades alimentares, aparece pouco no calendário. Tal fato pode

estar relacionado à criação existente na comunidade, tanto o gado quanto pequenas criações, que, como podemos observar no levantamento, são tratados e manejados, quando assumem importância nos momentos de ferra e vacinação, além de imprimir uma organização social, que é a escolha do vaqueiro.

Cabe destacar que em Roraima a criação de gado possui características peculiares no que diz respeito às variedades, devendo o animal ser adaptado às condições climáticas locais, situação que gerou um gado resistente a um período do ano com muita chuva e várias áreas alagadas, se contrapondo ao restante do ano com sol forte, muito vento, quando é disponibilizado uma pastagem natural pobre em nutrientes. Surge, nesse contexto, o gado do lavrado que é criado por várias etnias indígenas e por fazendeiros. As modificações com a chegada do gado não significou apenas uma situação econômica, mas cultural e social. A chamada “pecuária indígena” apresenta uma forma de manejo com criação extensiva, com o rebanho sendo recolhido no final do dia, porém em alguns casos, o gado fica solto por dias, chegando a outras regiões. A forma de conduzir a criação traz em si uma característica indígena no que se refere à organização da comunidade para com o cuidado com o gado: um membro da comunidade é eleito vaqueiro e passa a cuidar do rebanho por um ano, sem receber por esse trabalho nenhuma remuneração, porém é recompensado com algumas rés que nascem durante o ano. O percentual de repasse para o vaqueiro varia bastante de comunidade para comunidade indígena, sendo que em algumas é em uma proporção de 3 por um e em outras de 4 por 2, isto é, a cada três nascimentos, um fica com o vaqueiro que passa a cuidar do seu próprio rebanho juntamente com o da comunidade. A atividade envolve toda a família, que passa a morar com o vaqueiro no retiro (local onde constroem uma pequena estrutura, como uma casa, curral, local para armazenagem dos instrumentos usados).

Quanto a formação das roças, as escolhas dos locais estão relacionadas a um profundo conhecimento do ambiente em que vivem, quando conseguem distinguir os diversos tipos de solo, os mais ricos, os mais ácidos ou básicos, enfim, o mais apropriado para o plantio que desejam iniciar. Além desses conhecimentos, entendidos aqui como conhecimento indígena, isto é, aquele que se diferencia do científico pela forma de aquisição e transmissão, precisam compreender das características climáticas e das condições ambientais de cada cultura, evitando o esgotamento do solo, demonstrando um amplo conhecimento geográfico do espaço de vivência.

Cabe destacar que os conhecimentos tradicionais e expressos no calendário cultural não estão relacionados apenas às questões produtivas, mas a outras necessidades das comunidades, como a construção das casas, quando é preciso conhecer as espécies de árvores próprias para as construções e, no caso dos indígenas, as palhas para cobertura e a forma de tratá-las, além do barro para a construção dos tijolos e produção na olaria comunitária.

As relações sociais e formas de organização política se distribuem ao longo das atividades e

são expressas quando destacam a “ajuri” no trabalho da roça, significando que um grupo de moradores, geralmente famílias, se reúnem para um objetivo comum, como a colocação da roça; todos se juntam para ajudar uma das famílias a realizar o preparo do terreno e plantio, sendo este um trabalho dos homens enquanto as mulheres se dedicam à produção da alimentação. O grupo se organiza de forma a atender a todas as famílias que o integram da mesma forma. Outro ponto é a reunião da comunidade, quando destacaram dois momentos: um no início do ano, para a organização dos trabalhos coletivos e de questões para o bom funcionamento da comunidade, e outro momento no final do ano quando o tuxaua (liderança da comunidade) faz um balanço de tudo o que foi feito e conquistado. Ao longo do ano ocorrem reuniões mensais para discussão e repasse de informações que interessam à comunidade, porém como trata-se de uma prática comum, os moradores não a destacaram em todos os meses.

Considerações finais

As comunidades indígenas do Brasil passam por constantes transformações que afetam todo o cotidiano e as relações entre eles e a natureza. No caso de Roraima, certamente a localização geográfica do estado serviu de barreira para a colonização e ocupação, isto é, ao processo de desterritorialização dos povos indígenas, quando os interesses voltavam-se para áreas mais próximas do litoral ou sem tantas dificuldades de acesso. Mas a chegada do não índio na região, principalmente do lavrado (cerrado/savana), trouxe as profundas transformações no modo de vida e relação com a natureza que hoje observamos.

A proposta de construção de calendários culturais junto a essas comunidades tem sua origem nas preocupações com a educação, cada vez mais distanciada da cultura e realidade indígena, e na gestão do território quando, muitas vezes, os discursos caminham no sentido de implementar o novo, isto é, trazer ideias e projetos que obtiveram algum sucesso em outras regiões e outras realidades. O resultado disso é visível, quando a gestão e educação encontram-se na pauta das discussões internas e de organizações indígenas. Buscamos, dessa forma, iniciar com a compreensão da realidade e do cotidiano, como bem aponta os nossos mestres da geografia, para, a partir desse conhecimento, construir coletivamente estratégias de gestão e propostas educacionais.

Bibliografia

BETHONICO, M. B. M. Gestão territorial em áreas indígenas: a contribuição da universidade. In: VAL, A. L.; MELO FILHO, A. A.; WANKLER, F. L. **Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: os desafios da produção intelectual**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 103-130.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010. 143 p.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2009. 386 p.

GASCHE, Jorge; MENDOZA, Napoleón Vela. **Sociedad bosquesina**. Lima: IIAP/CIES/CIAS, 2011. 292p.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-47.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. 367 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. *Scripta Nova- Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, n. 93, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2014.